

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual denominação da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.  
 Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de agosto de 2014  
 A Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013		Nota	30/06/2014	30/06/2013
<b>Ativo Circulante</b>		<b>38.770</b>	<b>32.203</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>6.573</b>	<b>6.573</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;12.c</b>	<b>61</b>	<b>61</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>6.573</b>	<b>6.573</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>12.c</b>	<b>37.155</b>	<b>31.364</b>	Sociais e Estatutárias		33	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		37.155	31.364	Fiscais e Previdenciárias	8	1.796	2.065
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.554</b>	<b>778</b>	Negociação e Intermediação de Valores		4.236	4.236
Rendimentos a Receber		724	744	Diversas	9	508	272
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		-	(93)				
Créditos Tributários	5	124	96	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>4.226</b>	<b>2.513</b>
Diversos	6	706	31	<b>Outras Obrigações</b>		<b>4.226</b>	<b>2.513</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>4.110</b>	<b>3.842</b>	Fiscais e Previdenciárias	8	4.226	2.505
<b>Outros Créditos</b>		<b>4.110</b>	<b>3.842</b>	Diversas	9	-	8
Créditos Tributários	5	822	655				
Diversos	6	3.288	3.187	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11</b>	<b>32.082</b>	<b>26.959</b>
<b>Investimentos</b>		<b>1</b>	<b>-</b>	Capital:			
Outros Investimentos		144	143	De Domiciliados no País		18.313	18.313
Provisões para Perdas		(143)	(143)	Reservas de Lucros		13.769	8.646
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Outras Imobilizações de Uso		99	99				
Depreciações Acumuladas		(99)	(99)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>42.881</b>	<b>36.045</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>42.881</b>	<b>36.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>18.313</b>	<b>525</b>	<b>6.543</b>	<b>-</b>	<b>25.381</b>
Lucro Líquido		-	-	-	2.188	2.188
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	110	-	(110)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	(610)	(610)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	734	(734)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	734	(734)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>		<b>18.313</b>	<b>635</b>	<b>8.011</b>	<b>-</b>	<b>26.959</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>18.313</b>	<b>774</b>	<b>10.020</b>	<b>-</b>	<b>29.107</b>
Lucro Líquido		-	-	-	2.975	2.975
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	150	-	(150)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	1.413	(1.413)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	1.412	(1.412)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>		<b>18.313</b>	<b>924</b>	<b>12.845</b>	<b>-</b>	<b>32.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
 A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual denominação da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) (Santander Securities), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.  
 Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 6 de junho de 2014, foi aprovada a alteração da denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.. Este processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
 As demonstrações financeiras da Santander Securities foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.  
 A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.  
 As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.  
 As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a Santander Securities, elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (atual denominação do IFRIC) (IFRS) do período findo em 30 de junho de 2014 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

**3. Principais Práticas Contábeis**  
**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities.  
**b) Apuração do Resultado**  
 O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
 São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.  
 Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
 Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
**e) Permanente**  
 Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:  
**e.1) Imobilizado**  
 A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.  
**f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**  
 A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
 Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.  
 As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.  
 Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. (Nota 10. d).  
 Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.  
**g) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**  
 O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.  
**h) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
 O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.  
 De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Securities na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.  
**i) Estimativas Contábeis**  
 As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**  
 Em 30 de junho de 2014 e 2013, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

**5. Créditos Tributários**  
**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:**

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais	671	85	-	756
Outras Provisões Temporárias (1)	188	181	(179)	190
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>859</b>	<b>266</b>	<b>(179)</b>	<b>946</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>124</b>
	<b>695</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>822</b>

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2013
Provisão para Riscos Fiscais	378	225	-	603
Outras Provisões Temporárias (1)	275	-	(33)	242
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>653</b>	<b>225</b>	<b>(33)</b>	<b>845</b>
Créditos não registrados	(94)	-	-	(94)
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>559</b>	<b>225</b>	<b>(33)</b>	<b>751</b>
<b>Circulante</b>	<b>473</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>655</b>

(1) Inclui provisões para despesas administrativas.  
**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

	30/06/2014		
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
2014	45	33	78
2015	50	43	93
2016	410	199	609
2017	-	6	6
2018 a 2020	100	60	160
<b>Total</b>	<b>605</b>	<b>341</b>	<b>946</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**v) Valor Presente dos Créditos Tributários**  
 O valor presente total e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$807 (30/06/2013 - R\$782 e R\$691), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

	30/06/2014	30/06/2013
<b>6. Outros Créditos - Diversos</b>		
Devedores por Depósitos em Garantia	3.113	2.569
Para Interposição de Recursos Fiscais	702	649
Impostos e Contribuições a Compensar	179	-
Outros	3.994	3.218
<b>Total</b>	<b>706</b>	<b>31</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.288</b>	<b>3.187</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**7. Imobilizado de Uso**  
 Composto por sistemas de processamento de dados no valor de R\$99 (30/06/2013 - R\$99), integralmente depreciados.

**8. Fiscais e Previdenciárias**  
 As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10.b)	4.526	3.619
Impostos e Contribuições a Pagar	88	140
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.408	811
<b>Total</b>	<b>6.022</b>	<b>4.570</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.796</b>	<b>2.065</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>4.226</b>	<b>2.505</b>

	30/06/2014	30/06/2013
<b>9. Outras Obrigações - Diversas</b>		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	158	-
Despesas de Pessoal	109	84
Despesas Administrativas	234	195
Outros Pagamentos	7	-
<b>Total</b>	<b>508</b>	<b>280</b>
<b>Circulante</b>	<b>508</b>	<b>272</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>8</b>

**10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
**a) Ativos Contingentes**  
 Em 30 de junho de 2014 e 2013, não há ativos contingentes com êxito provável (Nota 3.f).  
**b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	Fiscais	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.011</b>	<b>2.937</b>
Constituição Líquida de Reversão (1)	515	682
<b>Saldo Final</b>	<b>4.526</b>	<b>3.619</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	1.475	986

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.  
 (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**  
 A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
 As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Securities com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Securities tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificado como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.  
 Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:  
**PIS e Cofins** - R\$1.344 (30/06/2013 - R\$1.114): a Santander Securities interps medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.  
**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$2.339 (30/06/2013 - R\$1.677): A Santander Securities ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. A ação judicial ainda está pendente de julgamento.  
**Desmutualização de Ações** - R\$399 (30/06/2013 - R\$382), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.  
**d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**  
 São processos judiciais e administrativos de natureza tributária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.  
 As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$10.503. Não há ações com classificação de perda possível de natureza cível e trabalhista.

**11. Patrimônio Líquido**  
**a) Capital Social**  
 O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2014 e 2013 é composto por 67 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.  
**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
 Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.  
 Em junho de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio referente ao período de abril a junho de 2013, no valor de R\$610 (R\$9,09 em reais por ação e R\$7,73 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de junho de 2013, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013.

## DIRETORIA

### Diretores

José Roberto Machado Filho

Marcio Aurelio de Nobrega

Miguel Angel Albergo Ocerin

### Contador

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
 Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual denominação da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)  
 São Paulo - SP  
 Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
 A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos auditores independentes**  
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas

não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2014

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
 Auditores Independentes  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza  
 Contador  
 CRC nº 1 RJ 076328/O-2

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2014
--	------	--------------------